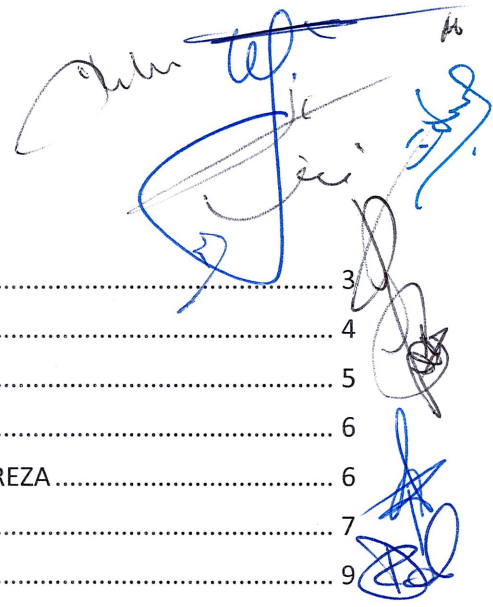


**CIMLT**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL  
DA LEZÍRIA DO TEJO

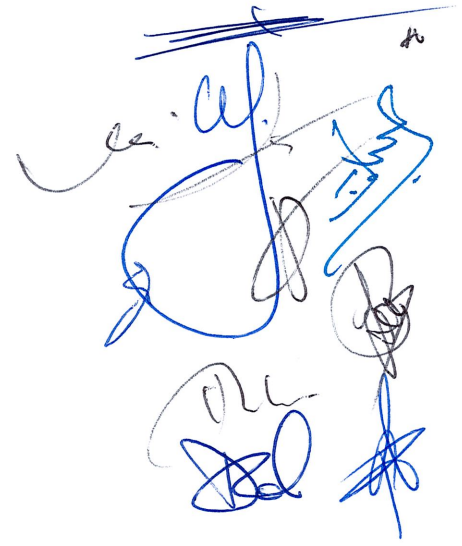


**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO  
DE CONTAS CONSOLIDADAS  
EXERCÍCIO DE 2017**



## Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	3
1 - INTRODUÇÃO .....	4
2 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	5
3 – ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO .....	6
3.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA .....	6
3.2 – BALANÇO CONSOLIDADO .....	7
3.3 – FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS .....	9
3.4 – INDICADORES.....	11
3.5 – PERSPETIVAS FUTURAS.....	11
3.6 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO.....	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	12
1 - BALANÇO CONSOLIDADO .....	13
2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA .....	16
3 - MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS .....	17
4 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	18
4.1 – INTRODUÇÃO .....	18
Nota 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas .....	18
Nota 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	19
Nota 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	19
Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos.....	20
Nota 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	20
Nota 6. Informações relativas a compromissos .....	22
Nota 7. Informações relativas a políticas contabilísticas.....	22
Nota 8. Informações relativas a determinadas rubricas .....	23
Nota 9. Informações diversas .....	27
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	28



# RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

## 2017

## 1 - INTRODUÇÃO

A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante abreviada por CIMLT) apresenta os documentos de prestação de contas consolidadas relativamente ao exercício de 2017.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Em 2014 é particularmente relevante o referido no n.º 6 desta Lei, que se transcreve: “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”

O artigo 7.º da Lei n.º 50/2012 acima referido, indica, no seu n.º 1, que: “As sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas pessoas coletivas de direito público integram-se no setor empresarial da entidade que, no conjunto das participações de natureza pública, seja titular da maior participação ou que exerça qualquer outro tipo de influência dominante.”

A CIMLT, apesar de não ter influência dominante nem significativa e não ser o titular da maior participação na entidade participada referida no ponto 2 - situação que ditaria que essa responsabilidade recairia sobre os acionistas/sócios maioritários -, apresenta as contas consolidadas.

Os princípios, procedimentos e métodos de consolidação utilizados na preparação destes documentos, bem como os modelos a adaptar para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas constam da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, das instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos municípios referentes ao exercício de 2010 e seguintes (durante a vigência do regime transitório previsto na Portaria atrás referida) e subsidiariamente pelos normativos contabilísticos aplicáveis individualmente às entidades do Grupo – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e Sistema de Normalização Contabilística.

Relativamente aos métodos de consolidação, os normativos acima referidos preveem:

- ❖ método da simples agregação – aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante.
- ❖ método da consolidação integral – aplica-se nos casos em que existe uma participação social/estatutária numa entidade de natureza empresarial e se verifica a existência de influência dominante por parte da entidade consolidante.
- ❖ método da equivalência patrimonial (MEP) - aplica-se nos casos em que existe uma participação social/estatutária numa entidade de natureza empresarial e se verifica a existência de influência significativa por parte da entidade consolidante ou quando não se aplica um dos métodos anteriores.

## 2 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O conjunto consolidável e o método de consolidação a adotar, definidos em função do controlo ou influência exercida pela CIMLT são os seguintes:

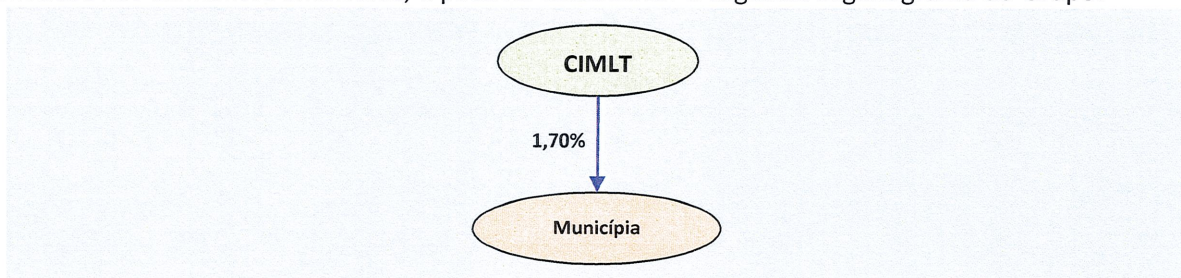
### COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO CONSOLIDÁVEL E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO A ADOTAR

Participação		% de Participação	% de Controlo	Entidade a Consolidar	Método de Consolidação
De	Em				
CIMLT	Município	1,77	1,77	Sim	MEP

Em função da percentagem de controlo, as entidades incluídas no perímetro de consolidação foram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. (Município), apesar desta entidade ser entidade “meramente participada”, ou seja, na qual a entidade participante não exerce, nem controlo, nem influência significativa.

Por se tratar de entidade do setor empresarial local e face à participação detida pela CIMLT, a mesma foi considerada nas contas do Grupo através do método da equivalência patrimonial (MEP).

Com base nos elementos anteriores, é possível estabelecer o seguinte organograma do Grupo:



Em função do Grupo, para efeitos de consolidação de contas, foram efetuados os movimentos abaixo descritos diretamente sobre as contas individuais da entidade-mãe, por aplicação do MEP (em €):

2017	Município
<b>Relatório e Contas de 2017</b>	
1. Total dos capitais próprios 2017	3.336.854,90
2. Resultado Líquido do Período 2017	9.920,19
3. Total dos capitais próprios 2016	3.326.944,70
4. Participação reconhecida 2016	56.399,58
5. Quota parte na Situação Líquida Ajustada ((1.-2.) * % participação)	58.886,74
6. Ajustamento por variação da Situação Líquida Ajustada e alteração da % de participação (*)	2.487,16
7. Quota parte no Resultado Líquido do Período (2. * % participação)	175,59
<b>Contas movimentadas (*):</b>	
411 – Partes de Capital	2.662,75
55 – Ajustamentos de Capital	2.487,16
782 – Proveitos e Ganhos Financeiros - Ganhos em Ent. Participadas	175,59

(\*) Por aquisição residual de ações próprias, houve alteração da % de participação (inicial – 1,70%; atual – 1,77%)

### 3 – ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO

O presente ponto tem por objetivo proceder a uma avaliação dos resultados alcançados pelo Grupo ao longo do exercício de 2017, bem como da sua situação económica e financeira no final do exercício.

#### 3.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA

Relativamente à componente económica, apresenta-se o quadro seguinte:

(em €)

		2017	%	2016	%	Var. %
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS</b>						
1	Vendas e Prestações de Serviços	216,81	0,02	735,00	0,06	-70,50
2	Impostos e Taxas	85.814,40	6,62	78.246,60	6,61	9,67
3	Transferências e Subsídios Obtidos	1.210.548,69	93,36	1.100.376,07	92,99	10,01
4	Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	0,00	0,00	3.906,17	0,33	-100,00
	<b>TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>1.296.579,90</b>	<b>100,00</b>	<b>1.183.263,84</b>	<b>100,00</b>	<b>9,58</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>						
5	CMVMC	0,00	0,00	0,00	0,00	-
6	FSE	504.665,32	40,69	463.177,75	37,56	8,96
7	Custos com o Pessoal	663.625,61	53,50	632.287,81	51,27	4,96
8	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	0,00	0,00	30.118,47	2,44	-100,00
9	Amortizações do Exercício	72.029,92	5,81	107.586,25	8,72	-33,05
10	Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	-
11	Outros Custos Operacionais	0,00	0,00	145,56	0,01	-100,00
	<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>1.240.320,85</b>	<b>100,00</b>	<b>1.233.315,84</b>	<b>100,00</b>	<b>0,57</b>
<b>RESULTADOS</b>						
12	Resultados Operacionais	56.259,05	-	-50.052,00	-	212,40
13	Resultados Financeiros	-231,56	-	108,78	-	-312,87
14	Resultados Correntes (12 +/- 13)	56.027,49	-	-49.943,22	-	212,18
15	Resultados Extraordinários	19.467,59	-	30.007,19	-	-35,12
16	Resultados Antes de Impostos (14 +/- 15)	75.495,08	-	-19.936,03	-	478,69
17	<b>Resultado Consolidado Líquido do Exercício</b>	<b>75.495,08</b>	<b>-</b>	<b>-19.936,03</b>	<b>-</b>	<b>478,69</b>

Em relação aos proveitos operacionais, constata-se que as “Transferências e Subsídios Obtidos” representam 93,36% dos proveitos operacionais do Grupo, sendo as que mais contribuíram para o crescimento destes (+10,01%), relativamente ao ano transato.

Os custos com o pessoal representam 53,50% da estrutura de custos operacionais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (40,69%), tendo ambos crescido face ao ano transato (+4,96% e +8,96%, respetivamente).

No que respeita à formação e apuramento dos resultados, os resultados operacionais e extraordinários contribuíram positivamente para o resultado consolidado líquido do exercício que foi positivo em € 75.495,08.

### 3.2 – BALANÇO CONSOLIDADO

No que diz respeito à componente financeira, apresenta-se o seguinte quadro:

(em €)

		2017	%	2016	%	Var. %
<b>ATIVO</b>						
1	Ativo Fixo (líquido de Amortizações e Provisões Acumuladas)	1.898.734,47	52,49	882.206,78	13,00	115,23
2	Ativo Circulante	1.718.513,30	47,51	5.902.340,36	87,00	-70,88
2.1	Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2.2	Realizável	167.996,19	4,64	3.964.487,71	58,43	-95,76
2.2.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2.2.2	a Curto Prazo	167.996,19	4,64	3.964.487,71	58,43	-95,76
2.3	Disponível	1.279.679,28	35,38	1.827.613,80	26,94	-29,98
2.4	Acréscimos e Diferimentos	270.837,83	7,49	110.238,85	1,62	145,68
	<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>3.617.247,77</b>	<b>100,00</b>	<b>6.784.547,14</b>	<b>100,00</b>	<b>-46,68</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>						
3	Património	2.603.527,32	92,93	2.623.463,35	40,10	-0,76
4	Ajustamento de partes de capital em Empresas	2.663,86	0,10	176,70	0,00	1.407,60
5	Reservas	119.869,56	4,28	3.938.241,81	60,20	-96,96
6	Resultados Transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7	Resultado Consolidado Líquido do Exercício	75.495,08	2,69	-19.936,03	-0,30	478,69
	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....</b>	<b>2 801 555,82</b>	<b>100,00</b>	<b>6 541 945,83</b>	<b>100,00</b>	<b>-57,18</b>
<b>PASSIVO</b>						
8	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	-
9	Exigível	28.710,24	3,52	23.725,83	9,78	21,01
9.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
9.2	a Curto Prazo	28.710,24	3,52	23.725,83	9,78	21,01
10	Acréscimos e Diferimentos	786.981,71	96,48	218.875,48	90,22	259,56
	<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<b>815.691,95</b>	<b>100,00</b>	<b>242.601,31</b>	<b>100,00</b>	<b>236,23</b>

O ativo líquido do Grupo fixou-se em € 3.617.247,77, repartidos em ativo fixo (52,49%) e ativo circulante (47,51%), para a qual teve impacto a alinação da ex-universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Santarém a favor da Associação de Municípios do Vale do Tejo, particularmente no ativo (que sofreu uma redução de 95,76% do realizável a curto prazo) e nos fundos próprios (reservas decorrentes da transferência de ativos, com redução de 96,96% das reservas) reportada no ponto 3.2 do Relatório de Gestão de 2017 da CIMLT que se transcreve:

Elementos patrimoniais	Montantes à data da integração	Montantes no final de 2016 transferidos em 2017
<b>Ativo</b>	<b>4.199.749,62</b>	<b>3.818.372,25</b>
- Disponibilidades	339.148,85	130.553,62
- Dívidas a receber	375.600,77	202.818,63
- Imobilizado	3.485.000,00	3.485.000,00
<b>Passivo</b>		
- Quotizações a devolver	24.645,49	0,00
<b>Fundos Próprios</b>		
- Reservas decorrentes da transferência de ativos	4.175.104,13	3.818.372,25

O passivo do Grupo, que verificou um aumento de 236,23% face ao ano transato, totalizou € 815.691.95. É composto, quase em exclusivo, por acréscimos e diferimentos (96,48%), em particular, proveitos diferidos referentes a subsídios para investimentos que cresceram fortemente face ao ano anterior pelo recebimento de co-financiamentos no âmbito de candidaturas de projetos a fundos comunitários.

O exigível a curto prazo é praticamente residual (3,52%).

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]*

### 3.3 – FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS

A síntese do mapa de fluxos de caixa orçamentais consolidados encontra-se apresentada na página seguinte. Nela podemos verificar que as receitas arrecadadas pelo Grupo totalizaram € 1.849.971,03, repartidas em receitas de naturezas corrente € 1.288.115,27 (69,63%) e capital/outras receitas € 561.855,76 (30,37%).

À semelhança do referido ao nível dos proveitos, os recebimentos do Grupo mais relevantes foram as transferências correntes e de capital (95,00%).

No tocante às despesas pagas, estas atingiram o valor de € 2.400.133,61, tendo as despesas correntes e de capital representado 54,42% e 45,58%, respetivamente.

Os agrupamentos mais representativos relativamente ao total dos pagamentos efetuados foram os da aquisição de bens de capital (45,58%), das despesas com o pessoal (26,79%) e da aquisição de bens e serviços (23,23%).

O saldo orçamental, transitado, para a gerência seguinte, é de € 1.260.103,04.

**SÍNTESE DOS FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS**

RECEITA	VALOR (€)	%	DESPESA	VALOR (€)	%
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>1.810.265,62</b>		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>1.260.103,04</b>	
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>1.849.971,03</b>	<b>100,00</b>	<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>2.400.133,61</b>	<b>100,00</b>
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos Diretos	0,00	0,00	01 Despesas com Pessoal	642.964,07	26,79
02 Impostos Indiretos	0,00	0,00	02 Aquisição de Bens e Serviços	557.664,48	23,23
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	85.064,50	4,60	03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00
05 Rendimentos de Propriedade	0,00	0,00	04 Transferências Correntes	105.042,59	4,38
06 Transferências Correntes	1.195.641,01	64,63	05 Subsídios	0,00	0,00
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	0,00	0,00	06 Outras Despesas Correntes	447,36	0,02
08 Outras Receitas Correntes	7.409,76	0,40	<b>DESPESAS DE CORRENTES</b>	<b>1.306.118,50</b>	<b>54,42</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.288.115,27</b>	<b>69,63</b>			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	07 Aquisição de Bens de Capital	1.094.015,11	45,58
10 Transferências de Capital	561.821,42	30,37	08 Transferências de Capital	0,00	0,00
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	09 Ativos Financeiros	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	10 Passivos Financeiros	0,00	0,00
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>561.821,42</b>	<b>30,37</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.094.015,11</b>	<b>45,58</b>
OUTRAS RECEITAS					
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	34,34	0,00			
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>34,34</b>	<b>0,00</b>			
<b>TOTAL .....</b>	<b>3.660.236,65</b>		<b>TOTAL .....</b>	<b>3.660.236,65</b>	



### 3.4 – INDICADORES

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores económico-financeiros do Grupo:

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DO GRUPO

INDICADOR		2017
1-	Liquidez Geral (%)	<u>Ativo Circulante</u>
		Exigível a Curto Prazo
		5.042,37
2-	Liquidez Imediata (%)	<u>Disponível</u>
		Exigível a Curto Prazo
		4.457,22
3-	Autonomia Financeira (%)	<u>Fundos Próprios</u>
		Ativo Total
		77,45
4-	Endividamento (%)	<u>Exigível a C/M/L Prazo</u>
		Fundos Próprios e Passivo
		0,79
5-	Cobertura do Passivo pelo Ativo (%)	<u>Ativo Total</u>
		Passivo Total
		443,46
6-	Relação entre Património e Ativo Total (%)	<u>Património</u>
		Ativo Total
		71,98
7-	Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<u>RCLE</u>
		Fundos Próprios
		2,69
8-	Rentabilidade do Ativo Fixo (%)	<u>RCLE</u>
		Ativo Fixo
		3,98
9-	Rentabilidade Global (%)	<u>RCLE</u>
		Ativo Total
		2,09
10-	EBITDA (€)	Resultados Antes de Amortizações, Juros e Impostos
		€ 128.288,97

Os indicadores de liquidez evidenciam que o ativo circulante ou parte dele permitem assegurar integralmente os compromissos assumidos e exigíveis no curto prazo, em particular, resultado do exigível de curto prazo ser praticamente residual quando confrontado com as disponibilidades.

Os rácios de autonomia financeira e endividamento estão interligados e são bastante positivos, pelos fundos próprios representarem mais de metade do conjunto fundos próprios e passivo.

### 3.5 – PERSPETIVAS FUTURAS

O Grupo manter-se-á com a atividade que tem vindo a ser desenvolvida.

### 3.6 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não existem acontecimentos relevantes após o termo do exercício relativamente ao Grupo.

*[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]*

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## 2017

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**1 - BALANÇO CONSOLIDADO**

(em €)

Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo			
		2017			2016
		AB	AP	AL	
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infraestruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	107.676,40	107.676,40	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	93 321,02	38 978,51	54.342,51	54.516,60
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		200.997,42	146.654,91	54.342,51	54.516,60
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	758.635,97	270.277,44	488.358,53	507.141,50
423	Equipamento básico	572.410,75	537.833,16	34.577,59	44.212,50
424	Equipamento de transporte	70.174,49	60.840,87	9.333,62	11.333,50
425	Ferramentas e utensílios	14.587,17	13.743,99	843,18	1.105,80
426	Equipamento administrativo	1.019.132,55	973.292,84	45.839,71	62.923,40
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	196.457,71	195.410,23	1.047,48	1.047,40
442	Imobilizações em curso	1.205.329,52	0,00	1 205 329,52	143.526,20
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		3.836.728,16	2.051.398,53	1.785.329,63	771.290,50
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	59.062,33	0,00	59.062,33	56.399,50
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		59.062,33	0,00	59.062,33	56.399,50
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				

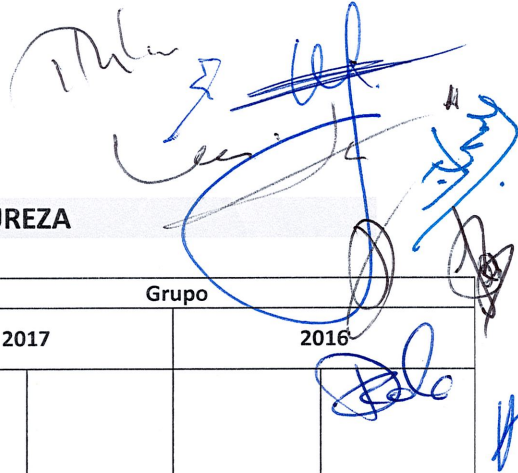
(em €)

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo			
		2017			2016
		AB	AP	AL	
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c	217,00	0,00	217,00	325,50
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	982,11	0,00	982,11	982,11
264	Administração autárquica				
262+263+ 267+268	Outros devedores	166.797,08	0,00	166.797,08	3.963.180,10
		167.996,19	0,00	167.996,19	3.964.487,71
	Títulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.279.679,28	0,00	1.279.679,28	1.827.613,80
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.279.679,28	0,00	1.279.679,28	1.827.613,80
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	198.598,37	0,00	198.598,37	52.446,09
272	Custos diferidos	72.239,46	0,00	72.239,46	57.792,76
		270.837,83	0,00	270.837,83	110.238,85
	<b>Total das amortizações</b>		2.198.053,44		
	<b>Total das provisões</b>				
	<b>Total do ativo</b>	5.815.301,21	2.198.053,44	3.617.247,77	6.784.547,14

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'M. Silva' and another 'H. Silva'.*

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Grupo (em €)	
		2017	2016
	Fundos próprios		
51	Património	2.603.527,32	2.623.463,35
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	2.663,86	176,70
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	116.160,00	116.160,00
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3.709,56	3.709,56
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		3.818.372,25
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido do exercício	75.495,08	-19.936,03
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>2.801.555,82</b>	<b>6.541.945,83</b>
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos		
2612	Fornecedores de imobilizado, c/c		
268	Outros credores		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	1.044,29	
228+2618	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	20.172,18	17.945,82
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	7.493,77	5.780,01
		28.710,24	23.725,83
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	113.539,44	88.253,78
274	Proveitos diferidos	673.442,27	130.621,70
		786.981,71	218.875,48
	<b>Total do passivo</b>	<b>815.691,95</b>	<b>242.601,31</b>
	<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>3.617.247,77</b>	<b>6.784.547,14</b>



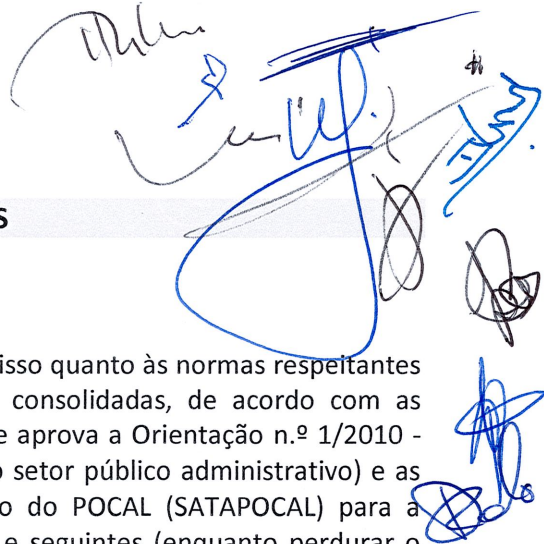
## 2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA

Código das Contas POCAL		Grupo			
		2017		2016	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e Serviços Externos		504.665,32		463.177,75
641+642	Custos com o Pessoal				
	Remunerações	545.056,80		540.697,88	
643 a 648	Encargos Sociais	118.568,81	663.625,61	91.589,93	632.287,81
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais				30.118,47
66	Amortizações do Exercício		72.029,92		107.586,25
67	Provisões do Exercício				
65	Outros Custos e Perdas Operacionais				145,56
68	Custos e Perdas Financeiros (A).....		1.240.320,85		1.233.315,84
			407,15		132,95
69	Custos e Perdas Extraordinários (C).....		1.240.728,00		1.233.961,68
					47.351,09
88	Resultado Líquido do Exercício (E).....		1.240.728,00		1.237.452,01
			75.495,08		-36.551,94
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			1.316.223,08		1.217.515,98
	Vendas e Prestações de Serviços				
7111	Venda de Mercadorias				
7112+7113	Vendas de Produtos				
7114+7119	Outras Vendas				
712	Prestações de Serviços	216,81	216,81	735,00	735,00
72	Impostos e Taxas		85.814,40		78.246,60
(a)	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a Própria Entidade				
73	Proveitos Suplementares				
74	Transferências e Subsídios Obtidos		1.210.548,69		1.100.376,07
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (B).....		1.296.579,90		1.183.263,84
			175,59		754,62
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (D).....		1.296.755,49		1.184.018,46
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (F).....		19.467,59		33.497,52
			1.316.223,08		1.217.515,98
<b>Resumo:</b>					
	Resultados Operacionais: (B) - (A): .....	56.259,05		-50.052,00	
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A): .....	-231,56		108,78	
	Resultados Correntes: (D) - (C): .....	56.027,49		-49.943,22	
	Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E): .....	75.495,08		-19.936,03	

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'M. Lima' and 'C. A. S.', and various scribbles.*

### 3 - MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

		(em €)	
RECEBIMENTOS		2017	2016
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>		<b>1.827.613,80</b>	<b>1.592.041,00</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		1.810.265,62	1.572.988,85
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		17.348,18	19.052,15
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>			
01	IMPOSTOS DIRETOS	0,00	0,00
02	IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	85.064,50	78.992,30
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	0,00	729,56
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.195.641,01	1.446.539,29
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	0,00	1.230,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.409,76	46.805,15
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	561.821,42	166.043,41
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	34,34	57,74
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>1.288.115,27</b>	<b>1.574.296,30</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>561.821,42</b>	<b>166.043,41</b>
<b>TOTAL DE OUTRAS RECEITAS</b>		<b>34,34</b>	<b>57,74</b>
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		<b>159.074,61</b>	<b>157.731,49</b>
<b>TOTAL .....</b>		<b>3.836.659,44</b>	<b>3.490.169,94</b>
PAGAMENTOS		2017	2016
<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>		<b>2.400.133,61</b>	<b>1.503.120,68</b>
01	DESPESAS COM PESSOAL	642.964,07	664.790,86
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	557.664,48	385.040,90
03	JUROS E OUTRAS ENCARGOS	0,00	0,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	105.042,59	328.361,18
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	447,36	545,40
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.094.015,11	124.382,34
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CORRENTES</b>		<b>1.306.118,50</b>	<b>1.378.738,34</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.094.015,11</b>	<b>124.382,34</b>
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		<b>156.846,55</b>	<b>159.435,46</b>
<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>		<b>1.279.679,28</b>	<b>1.827.613,80</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		1.260.103,04	1.810.265,62
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		19.576,24	17.348,18
<b>TOTAL .....</b>		<b>3.836.659,44</b>	<b>3.490.169,94</b>



## 4 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 4.1 – INTRODUÇÃO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) é omissivo quanto às normas respeitantes à consolidação. Desta forma, optou-se por apresentar as contas consolidadas, de acordo com as orientações previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho (que aprova a Orientação n.º 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo) e as instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos Municípios para o exercício de 2010 e seguintes (enquanto perdurar o regime transitório previsto no art.º 5.º da citada Portaria), as quais apresentam uma sugestão de um modelo de estrutura do Anexo, com as notas adicionais emitidas para o exercício de 2014, com abordagem das entidades intermunicipais.

Consequentemente, o modelo sugerido pelo SATAPOCAL foi adotado na elaboração do presente Anexo. Face à ausência, em ambos os normativos acima indicados, sobre a numeração das notas do modelo, indica-se que, as não apresentadas neste Anexo, ou não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores são expressos em euros.

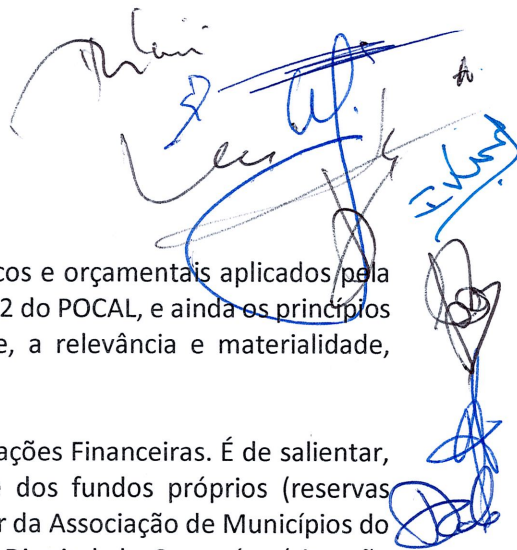
#### Nota 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PARTICIPAÇÃO		RELAÇÃO ENTRE ENTIDADES	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
		%	Valor (€)		
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	Quinta das Cegonhas, apartado 577, 2001-907 Santarém	-	-	Entidade-Mãe	-
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Taguspark, Edifício Ciência 11, n.º 11-3, Porto Salvo	1,77	54.865,05	Entidade Não Controlada	MEP

N.º MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO	
CARGO/CATEGORIA	CIMLT
Dirigente Intermédio	0
Técnico Superior	13
Assistente Técnico	5
Assistente Operacional	3
Informática	0
Outros	0
<b>Total</b>	<b>21</b>

b) Não foram excluídas entidades participadas do perímetro de consolidação.



## Nota 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

a) Na consolidação de contas foram seguidos os princípios contabilísticos e orçamentais aplicados pela CIMLT (Entidade-Mãe), nomeadamente, os previstos nos pontos 3.1 e 3.2 do POCAL, e ainda os princípios estabelecidos no ponto 2 da Orientação n.º 1/2010, nomeadamente, a relevância e materialidade, fiabilidade, neutralidade, plenitude e representação fidedigna.

Não ocorreram situações que afetem a comparabilidade das Demonstrações Financeiras. É de salientar, contudo, os impactos ao nível do ativo (realizável a curto prazo) e dos fundos próprios (reservas decorrentes da transferência de ativos) decorrentes da alienação a favor da Associação de Municípios do Vale do Tejo da ex-universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Santarém (situação abordada no ponto 1.3 do Relatório de Gestão Consolidado).

b) Não existiram situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada.

c) No decurso do exercício, não ocorreram alterações na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

## Nota 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

a) Foram realizados movimentos extra-contabilísticos mencionados no ponto 2 do Relatório de Gestão Consolidado, para aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

b) As diferenças de consolidação correspondem às diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo decompor-se em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição, não tendo havido, na medida em que não existem entidades participadas controladas.

e) Não ocorreram, entre a data do balanço das entidades do Grupo e a data do balanço consolidado, acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação, que não se encontrem já refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

h) Ao nível do cálculo das amortizações do exercício, foi utilizado o método das quotas constantes, tendo a CIMLT utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

i) Na contabilização, pela CIMLT, da participação em entidade de natureza empresarial foi adotado o custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1 do POCAL, que se transcreve: “O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. (...)” e adotado o MEP nas Contas Consolidadas.

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature and some illegible text.*

#### Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos, desagregado por rubrica patrimonial (em €):

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		CIMLT	Total		2017	2016
2312	Empréstimos médio/longo prazos	0,00	0,00		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00		0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00		0,00	0,00
268	Outros credores	0,00	0,00		0,00	0,00
<i>Total . . . .</i>		0,00	0,00		0,00	0,00

b) Montante (em €) total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS QUE SE VENCEM NOS 4 ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO		ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		CIMLT	Total		2016	2015
2312	Empréstimos médio e longo prazos	0,00	0,00		0,00	0,00
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00		0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	1.044,29	1.044,29		1.044,29	95,88
228+2618	Fornecedores – Fat. recep./conf.	0,00	0,00		0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		0,00	0,00
219	Adiant. clientes, contrib. e utentes	0,00	0,00		0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	20.172,18	20.172,18		20.172,18	17.945,82
264	Administração autárquica	0,00	0,00		0,00	0,00
262+263+ +267+268	Outros credores	7.493,77	7.493,77		7.493,77	5.780,01
<i>Total . . . .</i>		<b>28.710,24</b>	<b>28.710,24</b>		<b>28.710,24</b>	<b>23.725,83</b>

#### Nota 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (em €), em 2017, desagregada por tipo:



CIMLT / MUNICÍPIA												
TIPO DE FLUXOS	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS					OBS.	
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL		
Transferências												
Subsídios												
Empréstimos												
Relações comerciais		95.070,09		95.070,09								
Participações do capital em numerário												
Participações do capital em espécie												
Outros												
Total	0,00	95.070,09	0,00	95.070,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

MUNICÍPIA / CIMLT												
TIPO DE FLUXOS	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS					OBS.	
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL		
Transferências												
Subsídios												
Empréstimos												
Relações comerciais												
Participações do capital em numerário							95.070,09		95.070,09			
Participações do capital em espécie												
Outros												
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.070,09	0,00	95.070,09	0,00	0,00	

## Nota 6. Informações relativas a compromissos

a) A CIMLT incorpora, no seu balanço consolidado, todos os compromissos financeiros.

## Nota 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas tiveram por base o ponto 4 do POCAL, destacando-se:

### Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondendo este à soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

No caso da avaliação do património da CIMLT, para efeitos de balanço inicial, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que, nos casos de impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o valor patrimonial tributário e o valor de mercado.

No cálculo das amortizações do exercício foi utilizado o método das quotas constantes, tendo a CIMLT utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril. Ao nível do direito de superfície relativo aos terrenos destinados à instalação do edifício sede da CIMLT e do próprio edifício foram consideradas taxas de amortização calculadas em função do período da cedência do referido direito de superfície.

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição nas contas individuais da CIMLT e pelo MEP nas contas consolidadas.

### Existências

Não existem.

### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

No caso específico das dívidas associadas à atividade da CIMLT, consideram--se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% - para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% - para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas a terceiros são classificadas em médio/longo prazo nos casos em que o Grupo possua um direito incondicional de diferimento da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, as dívidas são classificadas em curto prazo.

### Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes

recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

### Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

### Nota 8. Informações relativas a determinadas rubricas

- a) Na conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”, os valores evidenciados referem-se a Altimetria e Hidrografia à Escala 1:10.000 para a Lezíria do Tejo.
- b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

**ATIVO BRUTO**

*Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.*

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANS./ABAT. REGULARIZ.	SALDO FINAL
De bens de domínio público: Terrenos e recursos naturais Edifícios Outras construções e infraestruturas Bens do patrim. histórico, artístico e cultural Outros bens de domínio público Imobilizações em curso Adiantamentos por conta bens dom. público					
De imobilizações incorpóreas: Despesas de instalação Despesas de investig. e desenvolvimento Propriedade industrial e outros direitos Imobilizações em curso Adiantamentos por conta imob. incorpóreas Diferenças de consolidação	107.676,40 90.861,02	2.460,00			107.676,40 93.321,02
	<b>198.537,42</b>	<b>2.460,00</b>			<b>200.997,42</b>
De imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Taras e vasilhame Outras imobilizações corpóreas Imobilizações em curso Adiantamentos por conta imob. corpóreas	758.635,97 898.862,55 70.668,53 14.587,17 1.264.682,70 213.839,57 143.526,24	14.348,81 7.282,77 1.061.803,28	340.800,61 494,04 252.810,42	-22,50 -17.381,86	758.635,97 572.410,75 70.174,49 14.587,17 1.019.132,55 196.457,71 1.205.329,52
	<b>3.364.802,73</b>	<b>1.083.434,86</b>	<b>594.105,07</b>	<b>-17.404,36</b>	<b>3.836.728,16</b>
De investimentos financeiros: Partes de capital Obrigações e títulos de participação Investimentos em imóveis: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Outras aplicações financeiras: Depósitos em instituições financeiras Títulos da dívida pública Outros títulos Imobilizações em curso Adiant. por conta de investim. financeiros	56.399,58			2.662,75	59.062,33
	<b>56.399,58</b>			<b>2.662,75</b>	<b>59.062,33</b>

## AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

(em €)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ.	SALDO FINAL
<b>De imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	251.494,42	18.783,02	0,00	270.277,44
Equipamento básico	854.650,03	23.983,74	-340.800,61	537.833,16
Equipamento de transporte	59.334,99	1.999,92	-494,04	60.840,87
Ferramentas e utensílios	13.481,31	262,68	0,00	13.743,99
Equipamento administrativo	1.201.759,30	24.366,46	-252.832,92	973.292,84
Outras imobilizações corpóreas	212.792,09	0,00	-17.381,86	195.410,23
	<b>2.593.512,14</b>	<b>69.395,82</b>	<b>-611.509,43</b>	<b>2.051.398,53</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de investig. e desenv.	107.676,40	0,00	0,00	107.676,40
Propriedade industrial e out. direitos	36.344,41	2.634,10	0,00	38.978,51
	<b>144.020,81</b>	<b>2.634,10</b>	<b>0,00</b>	<b>146.654,91</b>
<b>De bens de domínio público:</b>				
<b>De investimentos financeiros:</b>				
Partes de capital				

e) Não existem provisões para depreciação de existências do Grupo.

h) Não figuram, no balanço consolidado, dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

DESIGNAÇÃO	2017	2016
Prestações de serviços – Cedência Museu Distrital		€ 60,00
Prestações de serviços – Inspeção de Elevadores		€ 675,00
Cartografia	€ 12,81	
Reposição de custas de processo	€ 204,00	
<b>Total</b>	<b>€ 216,81</b>	<b>€ 735,00</b>

m) Remunerações líquidas atribuídas aos órgãos executivos:

ENTIDADE	2017	2016
CIMLT	€ 33.790,06	€ 32.801,93

n) Não consta qualquer valor na rubrica «Reservas de reavaliação».

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:**

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados			781	Juros obtidos		39,15
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	175,59	133,22
683	Amortizações investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		582,25
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	407,15	645,84	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados financeiros	-231,56	108,78	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		175,59	754,62			175,59	754,62

**r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:**

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas			791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correções relativas a exercícios anteriores		3.490,33	797	Correções relativas a exercícios anteriores	34,34	57,74
698	Outros custos e perdas extraordinárias			798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	19.433,25	33.439,78
	Resultados extraordinários	19.467,59	30.007,19				
		19.467,59	33.497,52			19.467,59	33.497,52

*Handwritten notes and signatures at the top right of the page.*

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados incluindo os movimentos ocorridos no exercício:

(em €)

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL		SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas				
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Total				

*Handwritten signature and scribbles are present on the right side of the table, particularly over the 'SALDO FINAL' column.*

**Nota 9. Informações diversas**

a) Nada de adicional a informar.





## Pão Alvo & Associado - SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CMVM n.º 20161541 / OROC n.º 248

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.617.248 euros e um total de fundos próprios de 2.801.556 euros, incluindo um resultado líquido de 75.495 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (Grupo)**, em 31 de dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o POCAL.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Ênfases

- i. Foi interposta, no final de 2007, uma ação administrativa especial contra a então CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (atual CIMLT), por um agrupamento de empresas, no valor de 103.452.976 euros, na sequência de uma deliberação de anulação de um concurso público internacional para seleção de parceiro privado para participar na constituição de uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos para a gestão e exploração de sistemas para abastecimento de águas para consumo público e saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo. As demonstrações financeiras consolidadas não refletem qualquer provisão para cobertura de eventuais riscos que poderão advir deste processo judicial, visto que o desfecho e os impactos que poderão resultar do mesmo ainda não são previsíveis.



## **Pão Alvo & Associado - SROC**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CMVM n.º 20161541 / OROC n.º248

- ii. Na sequência da reunião do Conselho Intermunicipal da CIMLT, de 27 de outubro de 2016, ocorreu durante o ano de 2017 a transferência da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Santarém, em posse da CIMLT, para a Associação de Municípios do Vale do Tejo. Esta operação implicou uma redução substancial do valor do ativo e dos fundos próprios consolidados (Ver 3.2. do Relatório de Gestão Consolidado).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias, as quais já haviam sido referidas nas contas individuais da CIMLT.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



## **Pão Alvo & Associado-SROC**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CMVM n° 20161541 / OROC n°248

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Odivelas, 29 de junho de 2018

*Pão Alvo & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*

*Representada por:*

*Dr. José Pedro Araújo Ferreira Pão Alvo (ROC 1408)*